

Fim dos fantasmas

7 FEVEREIRO 1984

Em longa entrevista concedida ao CORREIO BRAZILIENSE, domingo último, entre farpas e estocadas que distribui, o ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, desautoriza expressamente os seus correligionários que, na pressa de defender a manutenção da eleição indireta, espalham pelos corredores do Congresso uma onda de terrorismo contra o movimento de mobilização do País em favor da restauração do voto popular na escolha do futuro presidente da República.

Magalhães afirmou categoricamente que não existe nenhuma perspectiva de recrudescimento da exceção, e que o projeto de abertura democrática tornou-se irreversível. Com receio do crescimento da onda popular em favor da eleição direta, não poucos pedestristas andam espalhando rumores sobre um possível confronto e, por via de consequência, um novo retrocesso político no País. A onda de rumores não consegue mais assustar ninguém, no Congresso e fora dele.

Nesses últimos vinte anos vivemos no Brasil do terror difundido pelos que viviam à sombra do poder, acenando com ameaças de retrocessos sempre que surgia a possibilidade de contestação ao regime. A própria palavra contestação ganhou uma conotação subversiva, na ótica dos que serviam aos atuais detentores do poder. Agora, com o passivo assustador da dívida externa, com a inflação, o desemprego e a onda de escândalos na alta administração do País, esse tipo de terrorismo perdeu qualquer eficácia.

O País perdeu o medo. O entusiasmo popular diante do movimento organizado pelos partidos oposicionistas para restabelecer a eleição popular mostra que a Nação já cansou e exige mudanças radicais. Ninguém mais se amedronta com ameaças veladas ou ostensivas de que o movimento oposicionista possa levar a um confronto, de que resultaria novo retrocesso. O regime já não tem discurso para justificar um novo apelo às armas.

O líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, deverá procurar ainda hoje o presidente do Senado, Moacyr Dalla, em

companhia do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), autor de proposta de emenda constitucional dispondo sobre o restabelecimento da eleição direta. Lucena quer saber de Moacyr Dalla se está assegurada a votação da Emenda Dante de Oliveira na primeira quinzena de abril, uma vez que crescem os rumores de que o Governo e o PDS estariam interessados em executar uma manobra para antecipar a votação da proposta.

Governo e PDS teriam interesse em antecipar a votação da Emenda Dante de Oliveira para evitar que as oposições tivessem mais tempo para a mobilização popular. Nesse meio tempo, continuam as pressões de parlamentares do PDS já comprometidos com as candidaturas indiretas em favor da adoção de medidas excepcionais de segurança para restringir a presença de populares nas galerias, quando da sessão de votação da emenda das diretas.

Muitos insinuam a possibilidade de decretação de novas medidas de emergência. Nesse caso, o Governo repetiria a mesma decisão tomada em outubro, quando da votação do Decreto-lei 2.065, decretando as medidas de emergência para impedir a mobilização de sindicalistas contra o decreto que promoveu um achatamento salarial definitivo. O Governo ficou notoriamente incomodado com o ridículo provocado por remédio tão inepto quanto exagerado.

Não há razão que justifique qualquer restrição à presença do povo nas galerias do Congresso, quando da votação da emenda das eleições diretas. O receio do Governo e de muitos dos seus porta-vozes no Congresso mostra como tanto um quanto os outros estão com dor na consciência quando se decidem a lutar com unhas e dentes pela manutenção do processo espúrio da eleição indireta.

As preocupações de todos quantos já se acham comprometidos com as candidaturas indiretas são procedentes. O movimento tende a crescer e pode efetivamente produzir uma radical transformação na face política do País, a curto prazo.

TARCISIO HOLANDA